

# INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é uma empresa pública com controle acionário do Estado de São Paulo que desempenha o importante papel de desenvolver conhecimentos tecnológicos que são matéria-prima essencial para empresas e países gerarem produtos e serviços inovadores e assim alcançarem melhor desempenho econômico e obtenem maior conforto e qualidade de vida para a sociedade.

O ano de 2019 foi um marco para o Instituto iniciar a construção de uma nova forma de atuar no mercado.

O modelo de negócio tradicional de desenvolver novas soluções tecnológicas e prestar serviços especializados de suporte técnico para empresas públicas e privadas continua sendo a atuação principal do Instituto. Embora o ano de 2019 tenha sido de pequeno crescimento econômico para o país, o Instituto apresentou aumento de 7% em sua receita com os clientes o que contribuiu diretamente para o alcance do resultado econômico positivo do ano.

Já o novo modelo de negócio em processo de implantação se baseia na abertura do campus do Instituto para receber empresas privadas e instituições parceiras que irão se instalar no próprio campus para operar seus desenvolvimentos e novos negócios de

tecnologia e inovação construindo pontes e conexões com os laboratórios e as competências já instaladas do IPT. Esse adensamento de atores e projetos contribuirá para a construção de um ecossistema de inovação em hardtech que coloca o Instituto como epicentro de uma nova onda de desenvolvimento de inovação na cidade.

Outras ações que estão em curso pela diretoria do Instituto voltam-se para a ampliação da efetividade das ações de gestão com o objetivo de diminuir os gastos administrativos, ampliar a produtividade, aumentar a agilidade de atendimento dos clientes, construir abordagem de comunicação ativa e efetiva com o mercado e a sociedade e informar com grande transparência as ações da instituição.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018			
(Em Milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.427	14.519
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	12.805	11.818
Contas a receber	5	8.242	8.889
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		197	682
Impostos antecipados e a recuperar	7	6.306	8.149
Estoques		328	235
Despesas pagas antecipadamente		170	126
Depósitos compulsórios		160	133
Outros valores a receber		70	69
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>48.705</b>	<b>44.620</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo		335	328
Imobilizado	8	170.348	180.515
Intangível	9	259	493
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>170.942</b>	<b>181.336</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>219.647</b>	<b>225.956</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em Milhares de Reais)						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Reserva de Lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>286.177</b>	<b>9.382</b>	<b>264</b>	<b>264</b>	<b>51</b>	<b>(175.208)</b>
Aumento de capital	51	-	-	-	(51)	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	139	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(7.244)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>286.229</b>	<b>9.382</b>	<b>264</b>	<b>264</b>	<b>139</b>	<b>(182.452)</b>
Aumento de capital	139	-	-	-	(139)	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	1.601	-
IRPJ/CSLL Diferidos - C.M. 8200/91	-	-	-	-	-	(1.991)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	1.170
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>286.368</b>	<b>9.382</b>	<b>264</b>	<b>264</b>	<b>1.601</b>	<b>(183.273)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018						
(Em Milhares de Reais - R\$)						

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento do País.

O IPT, vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei federal nº 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal nº 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico e tecnológico da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

### 2 PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### 2.1 - Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/19 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação em 30/01/20.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

**2.2 - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis**  
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.3 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

#### 2.4 - Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental-agência de fomento.

#### 2.5 - Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento". **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não colados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

#### 2.6 - Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "contas a receber" e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrerem perdas adicionais significativas. Nota explicativa nº 5

#### 2.7 - Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

#### 2.8 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, demonstradas na nota explicativa nº 8, não considerando o valor residual. Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, esperando geração de benefícios econômicos, ou o quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com "ativos semelhantes".

A prática utilizada é a de considerar, as taxas de Depreciação aceitas pela legislação tributária (prática do IPT), ou seja a taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar utilização econômica do bem pelo contribuinte na produção de seus rendimentos.

O IPT como empresa Pública, tem em seu patrimônio bens que entraram através de Projetos de Fomento com finalidades específicas em inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia. Os Bens são construídos de forma a atender as necessidades especiais do IPT como empresa Prestadora de Serviços, e que ao final da vida útil estes Bens que não são considerados de "prateleira" serão destinados exclusivamente ao Fundo de Solidariedade do GESP.

#### 2.9 - Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. Nota explicativa nº 9

**2.10 - Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros**  
Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indicio de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como "Impairment Test", apresenta-se forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01 (R4) de 22 de dezembro de 2017 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2019.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31/12/2019, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

#### 2.11 - Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

#### 2.12 - Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

#### Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

#### 2.13 - Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 14.

#### 2.14 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excendente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 11.

#### 2.15 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado.

#### 2.16 - Arrendamento Mercantil - IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018			
(Em Milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018

Receita de serviços e produtos		70.831	68.664
Subvenção econômica - GESP		64.622	89.764
Subvenção econômica - Fomento		20.172	16.199
Receita de doação de bens - Fomento	15	7.286	7.103
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>182.911</b>	<b>181.730</b>
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(9.607)	(9.277)
Devoluções e cancelamentos		(301)	(163)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>173.003</b>	<b>172.290</b>
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	23a	(130.961)	(127.144)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>42.042</b>	<b>45.146</b>
<b>(DESPESAS)RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	23b	(36.851)	(36.730)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(1.563)	(1.289)
Serviços de terceiros		(9.169)	(9.107)
Depreciações e amortizações		(1.715)	(1.613)
Provisões diversas		19	(4.871)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		1.954	1.635
		<b>(47.325)</b>	<b>(51.975)</b>

### RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO

### RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	22	7.919	1.737
Despesas financeiras		(1.466)	(2.152)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>6.453</b>	<b>(415)</b>

### RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA

### CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social		1.170	(7.244)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.170</b>	<b>(7.244)</b>

\* Por lote de mil ações do capital social final

		0,04	(0,25)
--	--	------	--------

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018			
(Em Milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018

<b>LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.170</b>	<b>(7.244)</b>
Outras Receitas Abrangentes		1.920	1.920
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	2.19	<b>1.170</b>	<b>(7.244)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018		
(Em Milhares de Reais)		
	2019	2018

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	1.170	(7.244)
<b>Despesas (Receitas) que não Afetam o Caixa:</b>		
Depreciação/Amortização	21.147	20.362
Reversão de perdas de créditos	(154)	(103)
Reversão de provisão para perdas com imobilizado	(90)	-
Valor residual do imobilizado baixado	80	145
<b>Subtotal</b>	<b>22.153</b>	<b>14.460</b>

### Variações no Ativo Circulante

<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>		
Aplicações financeiras vinculadas	(987)	9.284
Contas a receber	801	(391)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	485	159
Impostos antecipados e a recuperar	1.843	1.496
Estoques	(93)	11
Despesas pagas antecipadamente	(44)	921
Depósitos compulsórios	(27)	349
Outros valores a receber	(1)	40
<b>Subtotal</b>	<b>-1.977</b>	<b>11.869</b>

### Variações no Passivo Circulante

<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Fornecedores	254	(835)
Arrendamento Mercantil	840	-
Salários a pagar e encargos a recolher	52	66
Impostos e contribuições a recolher	73	(83)
Adiantamento de clientes	(607)	(719)
Obrigações a pagar - férias e encargos	229	(746)
Subvenções governamentais - agências de fomento	1.867	(4.222)
Outras obrigações	102	42
<b>Subtotal</b>	<b>2.810</b>	<b>(6.497)</b>

### Caixa Líquida Gerada pelas Atividades Operacionais

<b>Atividades de Investimento</b>		
Redução do realizável a longo prazo	(7)	95
Aquisição de bens do imobilizado	(3.941)	(2.721)
Doações recebidas em bens	(6.739)	(8.123)
Aquisição de intangível	(56)	(67)
<b>Caixa Líquida Aplicada nas Atividades Operacionais</b>	<b>(10.743)</b>	<b>(10.816)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Parcelamentos	(10.503)	(6.213)
Outras exigibilidades	(711)	(1.487)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(676)	3.383
Recurso para aumento de capital	1.601	88
<b>Caixa líquida Aplicada nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(10.289)</b>	<b>(4.229)</b>

### AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	14.519	9.732
No final do exercício	20.427	14.519
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>5.908</b>	<b>4.787</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que enquadram-se na norma aplicada aos arrendamentos, dos quais foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. Nota explicativa nº 8-d.

#### 2.17 - Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

#### 2.18 - Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a Entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d